



Assembleia Municipal

## ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2004

### Oitava acta

Ao vigésimo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e quatro, reuniu em sessão extraordinária, pelas 21.45 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de catorze de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal sobre a construção e exploração, através da constituição do direito de superfície, em subsolo, de um parque público de estacionamento (subterrâneo) para viaturas automóveis e construção de um túnel na Avenida dos Descobrimentos em Albufeira;-----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da autorização para prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo n.º 9015/000010/687/0027 até ao montante de € 6.484.372,66 da Caixa Geral de Depósitos, por mais 12 meses;-----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2004/2007 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão do Orçamento 2004 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

**PRESENCAS:** Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Francisco João Magalhães Calhau, Vítor José Cabrita Neto, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Helder José Coelho Guerreiro, Manuel José Guerreiro Gonçalves e Vítor José Correia Maria Vieira.-----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes das Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia), Berto Palma (Olhos de Água) e Fernando Gregório (Ferreiras). O Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, não podendo comparecer fez-se substituir pelo Secretário, Marcos Manuel Madeira Bila.-----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal, e não permanência, Vítor Clemente e Carlos Lima.-----

**FALTAS:** Carlos Duarte Vieira Gabriel, António Paulo Martins dos Santos Francisco e José

Pereira Oliveira. -----  
**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Carlos Gabriel e António Santos, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, Maria Eugénia Xufre Baptista e Manuel dos Anjos Meirinho. -----  
 O Presidente da Assembleia dá início ao período destinado ao público.-----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

José Mendes Gomes - Tenho uma casa junto à EN 125, junto ao Café Pinheiro. O meu vizinho resolveu fazer uma vedação, na extrema do seu terreno e onde tapou a saída das águas fluviais que vêm da minha propriedade. É uma linha de água pouco acentuada, mas a água ao não sair quando chove, vai criar pelo menos um metro. A minha filha já falou com o senhor, o qual lhe disse que não tinha nada a haver com o assunto e que nós resolvêssemos o problema. O Sr. Presidente da Junta já tem conhecimento, mas eu não sei se o muro está licenciado. Tinha duas saídas de águas fluviais e o senhor tapou-as. -----

Não havendo intervenções por parte do público, passou-se à leitura da correspondência. ----

Presidente da Assembleia - Em relação ao ofício remetido pela Junta de Freguesia de Paderne. Refere-se ao PDM, à sua alteração, no sentido de que, e já ter sido aqui falado, é sentimento comum desta Assembleia também, que: Paderne está penalizado em várias vertentes, nomeadamente pelas estradas, linha de alta tensão, etc., e está um bocado limitada em termos de crescimento integrado dentro do concelho de Albufeira. Portanto, aqui, pretende-se, e penso que deve ser algo tomado em conta por esta Assembleia, pelo Executivo e pela Revisão do PDM, no sentido de conseguir fazer um desenvolvimento harmonioso de Paderne. Penso que é mais ou menos isto, mas fica sujeito à consulta de todos os membros da Assembleia.-----

Fernando Anastácio - Sr. Presidente, sem pôr em causa a síntese da leitura do ofício. Gostava também, tendo em consideração o resumo e a suma em que foi feita a leitura da correspondência relativamente a uma proposta aprovada na Assembleia Metropolitana, onde este órgão se faz representar, eu sugeria, até porque estamos em tempo e dentro da hora do público, se fosse possível, a leitura da carta da posição da Junta de Freguesia e também a moção aprovada na Assembleia Metropolitana.

Presidente da Assembleia - Se a Assembleia assim o entender e estamos dentro do período do público. Mais alguém do público quer intervir? A Assembleia tem alguma coisa a objectar ao que foi proposto pelo Dr. Anastácio? Não havendo objecções passou-se à leitura do documento.-----

Primeiro Secretário -- faz a leitura do ofício da Junta de Freguesia de Paderne, seguida da Moção.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia pergunta mais uma vez se alguém do público deseja intervir. Não havendo mais ninguém é passada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder ao município.-----

Presidente da Câmara - Em resposta ao Sr. José Gomes, amanhã pedirei aos serviços de fiscalização para ir ao local verificar a situação.-----

O membro Fernando Anastácio entrega à Mesa, um voto de protesto respeitante à problemática do ano lectivo, com vista a ser agendado para a próxima sessão agendada para o dia vinte e nove.-----

Presidente da Assembleia - Vou verificar se poderá ser incluído na ordem de trabalhos, devido ao prazo da convocatória. Como o prazo já está curto para a convocatória, nós resolvemos entregá-la hoje.-----

Fernando Anastácio - Eu penso que poderá fazer um aditamento à Ordem do Dia. -----

Presidente da Assembleia - Irei verificar. Se não, a Assembleia poderá admiti-lo com os 2/3 dos votos. Penso que não há problema nenhum. -----

Fernando Anastácio - Está em tempo útil, até cinco dias poderá ser admitido. Quando entregue em tempo útil, há uma regra dos 2/3 de apreciação, é de alguma maneira condicionar, na minha perspectiva, a discussão do o tema.-----

Presidente da Assembleia - A minha ideia é precisamente ao contrário, é que isto seja discutido devidamente esta Assembleia possa ajuizar sobre iniciativas dos Senhores membros da Assembleia. Vai-se tentar. -----

Passa-se ao período da Ordem do Dia.-----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal sobre a construção e exploração, através da constituição do direito de superfície, em subsolo, de um parque público de estacionamento (subterrâneo) para viaturas automóveis e construção de um túnel na Avenida dos Descobrimentos em Albufeira;-----

Presidente da Assembleia - Dá início ao ponto.-----

Fernando Anastácio - Considerando a questão, a sua importância e para além da leitura dos documentos, seria possível que, em traços gerais, o Sr. Presidente dar um esclarecimento. Penso que seria extremamente útil, no sentido de apreciar a proposta.-----

Presidente da Câmara - Todos receberam o desenho da zona de intervenção, que será a norte deste edifício. O que se propõe é a construção de um parque de estacionamento, no mínimo com 500 lugares e que ficará ligado por um túnel que passará no sentido nascente-poente, exactamente no sitio onde está o eixo viário. No local onde estão actualmente os estacionamentos ficará uma grande praça pedonal, com espaço de animação e um repuxo de água. Será essencialmente uma zona de lazer. Tem a função de, em termos de trânsito, desbloquear uma situação de conflito muito complicada, o cruzamento junto aos Bombeiros, e ao mesmo tempo criar um espaço de estacionamento para 500 viaturas porque neste momento a capacidade da zona a intervir não chega a 200 viaturas. Há um acréscimo de 300 viaturas. Estes são alguns dos pontos que estiveram na base desta proposta. Melhorar as condições de tráfego, diminuir as situações de insegurança e conflito e ao mesmo tempo criar mais estacionamento. Estes são os objectivos desta intervenção, que nos parece bastante interessante. Sendo um processo de concurso de construção/concessão, obviamente que a escolha também será feita em função da proposta que melhor atingir este objectivo. Em termos de acessos e circulação, as propostas serão depois analisadas tendo em conta todas as regras de segurança que a legislação prevê. Esperemos não ter aqui

nenhum Túnel como o do Marquês do Pombal, e que em função dos critérios de escolha, estes possam claramente contribuir para os objectivos que estão previstos neste processo de concurso. -----

Pedro Ferro - Senhor Presidente senhores Membros da Assembleia Municipal, nesta proposta da Câmara Municipal, aparecem-nos duas novas estruturas rodoviárias. No referente à construção de um túnel para o cruzamento junto aos bombeiros, questionamo-nos em que estudos de planeamento urbano ou de ordenamento rodoviário aprovado se baseia a presente solução de cruzamento desnivelado? Com base em que calculo de fluxos de tráfego foi esta proposta elaborada? Que soluções estão previstas para os cruzamentos adjacentes, nomeadamente para o cruzamento junto à Escola Secundaria e cruzamento do Lidl situados a Poente e para o cruzamento da rotunda dos relógios situado a Nascente, sabendo-se que a solução em discussão irá inevitavelmente provocar o aumento de pressão e de conflitos sobre estes cruzamentos? Propõe-se o Executivo Camarário desnivelar também estes cruzamentos? Como se propõe o Executivo Camarário vir a resolver os conflitos de tráfego nos cruzamentos de superfície na solução agora preconizada, nomeadamente na saída da Av. dos Descobrimentos do tráfego proveniente de Poente e que se cruza primeiro com a R. António Aleixo e 30 metros à frente intersecta com a R. das Telecomunicações junto ao cruzamento desta com a R. do M.F.A.? Considera o executivo camarário a solução de cruzamentos sucessivos, para um dos principais fluxos proveniente da Av. dos Descobrimentos compatível com a solução em túnel para os fluxos Nascente Poente? Quanto às medidas de segurança rodoviária; que medidas estão preconizadas para a segurança de peões nos troços após as rampas de saída do túnel? Que garantias nos dão, quanto ao campo de visibilidade do condutor necessário para uma travagem em segurança à saída da rampa do túnel considerando-se a inclinação 10% proposta no concurso e a velocidade média praticada na Avenida de 60 a 70 Km/h? Que garantias nos dão, quanto à capacidade de travagem dos pesados em rampas de inclinação de 10% tendo em conta as velocidades praticadas e condições atmosféricas desfavoráveis? Teve-se em conta que os cruzamentos desnivelados dificultam a orientação dos condutores não familiarizados com a rede viária local? Sendo Albufeira uma cidade turística, não seria de ter em conta este factor aquando da opção a tomar?-----

Senhor Presidente senhores Membros da Assembleia Municipal, o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, aprovado pelo anterior governo, no seu ponto 111.2 Ambiente rodoviário seguro, diz, e passo a citar; "Sendo o comportamento do utente factor incontornável para a redução dos níveis de sinistralidade rodoviária, o ambiente onde esse mesmo utente se movimenta não o é menos. Na verdade, é do equilíbrio entre a interacção da exigência do ambiente e as capacidades do utente que depende a segurança no sistema de transportes rodoviários. Para que o ambiente rodoviário não afecte de forma negativa o resultado final, é então necessário que não só não apresente dificuldades ao utente, mas também que induza comportamentos adequados e "seja tolerante" para com os erros cometidos. Assim, ao nível da gestão do trânsito, é indispensável proceder a uma reorganização que garanta: - A interiorização, por parte das diversas entidades gestoras das vias, da necessidade de integrar, de forma coordenada, o ordenamento do trânsito com o planeamento urbano, a concepção das infraestruturas rodoviárias e a necessidade de

transporte; - A organização da gestão do trânsito que privilegie o estabelecimento de condições de segurança para todos os utentes, com especial atenção para a segurança dos utentes mais vulneráveis (peões, ciclistas, crianças, idosos e outros utentes de mobilidade reduzida)." (Fim de citação).-----

Senhor Presidente senhores Membros da Assembleia Municipal, a proposta em discussão, não se enquadra em nenhum plano urbanístico aprovado. A proposta aumenta a capacidade de débito dos fluxos de tráfego pontualmente, agravando os impactos sobre os cruzamentos adjacentes, donde resulta uma sub-utilização da infraestrutura que se pretende realizar. A solução proposta dificulta a orientação de turistas e visitantes não familiarizados com a rede viária local. É sabido que os cruzamentos desnivelados aumentam a velocidade do tráfego e aumentam os acidentes rodoviários. A título de exemplo; A cidade de Corbeil-Esson com 40.000 habitantes situada nos arredores de Paris, possuía no seu eixo viário principal, um cruzamento desnivelado por túnel, situado perto do liceu local. Em 1982 o município viu-se na contingência de refazer o cruzamento à superfície e fechar o túnel ao trânsito. Os dados dos acidentes nos 5 anos anteriores são de 144 acidentes com 8 mortos, 44 feridos graves e 154 feridos ligeiros. Nos 5 anos após o fecho do túnel, houve 70 acidentes com 3 mortes, 8 feridos graves e 90 ligeiros. Houve uma redução para metade dos acidentes e uma redução para mais de metade dos acidentados. No referente às velocidades, as médias situavam-se antes entre os 50 e os 70 km/h, 63,7% passando depois para velocidades abaixo dos 50 Km/h, 85,1%, enquanto as velocidades de ponta situadas entre os 70 e os 90 Km/h eram praticadas antes por 26,1% dos condutores, passando depois para 0,4%. -----

Senhor Presidente, peço desculpa por estar a ser longo nesta matéria, mas é nossa obrigação participar no esforço nacional que é proposto através do Plano Nacional de Prevenção Rodoviária, para uma acalmia do tráfego rodoviário e uma redução de 60% dos acidentes rodoviários até 2010. Importa por isso uma revisão da proposta, tendo em conta uma avaliação comparativa com outras soluções de cruzamento, um estudo dos impactos sobre os cruzamentos adjacentes e sobre o meio ambiente urbano envolvente. A análise preventiva das situações de acidente, tendo em conta os comportamentos dos utentes e o meio envolvente. Na procura de uma solução que permita uma equitativa distribuição dos espaços pelos diferentes utentes do espaço público, no sentido de uma real melhoria da qualidade de vida. -----

Quanto ao parque de estacionamento, são propostos um mínimo de 500 lugares, com uma reserva de 10 lugares e uma viabilidade de arrendamento de 1 0%, donde resultam 440 lugares públicos. Se consideramos a área de construção das 3 repartições públicas, Câmara Municipal, Tribunal e Repartição de Finanças e aplicarmos a Portaria 1136/2001, temos que para uma área de construção de 8200m<sup>2</sup>, o valor mínimo exigível de estacionamentos é de 410 lugares. Sobram 30 estacionamentos para os equipamentos como Telecom, Correios, agências bancárias, comércio e serviços localizados na via envolvente à Câmara Municipal, que beneficiavam dos estacionamentos existentes e com esta intervenção vão ser suprimidos, os quais estimamos em 340, considerando não só os lugares marcados, mas aquilo que é a ocupação de facto por viaturas bem ou mal estacionadas. Põem-se-nos ainda reservas, na falta de meios alternativos de deslocação, no aumento dos encargos mensais

dos trabalhadores do sector público e privado que não têm alternativas ao transporte privado.-----

Pelos factos consideramos de rever a solução apresentada no referente ao mínimo de lugares de estacionamento, tendo em conta os equipamentos públicos e privados no raio de influência do parque de estacionamento e a Portaria Regulamentar, assim como a ponderação na introdução de tabelas moderadoras para o estacionamento prolongado.-----

Presidente da Assembleia - Daquilo que percebi, da parte final, a sua intervenção consubstancia alguma proposta?-----

Pedro Ferro - De forma alguma.-----

Carlos Quintino - Ex.mo Sr. Presidente, Membros da Assembleia. Tendo em conta que compete à Assembleia Municipal, autorizar a Câmara a alienar e onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais ( art.53º, n.º2, i) da Lei das Autarquias Locais). Eu depois de analisar tudo aquilo que nos foi fornecido, e para aqui debatermos, tenho algumas considerações a fazer. Primeiro: não entra na proposta camarária o valor que foi atribuído ao imóvel, pelo menos eu não fiquei com essa ideia. Depois, o programa de concurso não contempla, nem dá devido relevo à questão do ambiente e em relação aos custos inerentes à sua utilização. Corre-se o risco, na minha opinião, na ausência deste tipo de critério de, aquilo que é agora suposto destinar-se ao uso público ter depois um efeito inverso. Tecnicamente, a solução do túnel na única via de fluência de tráfego em Albufeira, não parece suficientemente justificada como opção, e se outros tipos de métodos já foram usados no concelho para fluência de tráfego, eu penso que aqui é estar a enveredar demasiadamente para uma solução sem a justificar suficientemente em termos técnicos. Depois, porque também se fala que o edifício dos Bombeiros deixará de existir ali naquela zona, ou pelo menos terá uma utilização um pouco precária. Eu acho, era de todo o interesse e de toda a utilidade que se planeasse definitivamente toda essa zona, através de instrumentos de planeamento ao dispor do município, de forma a que tudo isto fosse gerado num conjunto de ordenamento. Em termos daquilo que é o parque subterrâneo em si, e nós estamos a falar de 500 lugares, pergunta-se: porque não 800 ou 350 ? O que é certo é que não temos qualquer estudo que nos permita dizer que realmente é justo ter 500 lugares ou se esse numero é excessivo. Também, em termos de proposta é deixado em aberto o nível de pisos, em termos técnicos parece-me a mim que isso é negativo. Acho que deveria haver um critério e exigir a quem faz a proposta que estipulasse o numero de pisos que iríamos obter. Tenho também reservas quanto aos índices de ponderação na avaliação das propostas, nomeadamente quanto ao art.28º, 1.8., que nos fala das condicionantes da situação à superfície, durante a execução dos trabalhos. Logicamente que para mim, este é um ponto super importante e acho que para todos. Não nos interessa nada ter ali uma grande condicionante à circulação porque queremos ter um parque de estacionamento, e não vamos estar a prejudicar a circulação das pessoas ali à volta. Isso tem de ser minimizado e eu vejo, na proposta que nos é apresentada que o valor de índice de ponderação é apenas de 5%. Lógico, porque é um ponto importante, diz respeito à situação dos munícipes naquela área e visto também termos muito poucas alternativas, eu acho que este ponto deveria ser alvo de alteração, naturalmente para cima, em termos do que é o índice de ponderação da avaliação

das propostas. Acho também, que esta intervenção da Câmara Municipal deve fazer parte de um estudo global e não nos aparecer assim um pouco desgarrado. Portanto acho, efectivamente, não estando aqui de forma alguma a por em causa a utilidade daquele parque de estacionamento, que fique bem claro, não estando aqui a por em causa a utilidade daquele parque de estacionamento, que esta proposta pode ser aperfeiçoada de forma a que eu fique esclarecido. Eu quero tornar isto que acabei de dizer em termos de proposta, vou ter oportunidade de entregar ao Sr. Presidente e aquilo que proponho, depois das considerações que aqui fiz, é efectivamente, que esta proposta da Câmara Municipal seja retirada e depois de devidamente fundamentada e de nos sentirmos capazes de votar em consciência, volte então a esta Assembleia. -----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto percebo, é que a proposta da Câmara seja retirada e volte melhor fundamentada. É isso? -----

Carlos Quintino - Exactamente.-----

Fernando Anastácio - Eu penso que, sobre este assunto, temos de ter pontos de partida e penso que temos uma matéria ponto assente que o estacionamento em Albufeira é um problema. Encontrar respostas para o estacionamento é uma necessidade, e portanto a resolução dos problemas de estacionamento é uma prioridade deste município. Faz parte do diagnóstico dos problemas que afectam o concelho e em particular a cidade e penso que, sobre isto não há matéria de divergência, nem entre executivo, nem entre Assembleia Municipal e particularmente entre a população em geral, que o sente todos os dias. Sobre isso estamos todos de acordo. Não só o estacionamento, mas também a circulação viária do tráfego é um assunto que já tem sido amplamente debatido em diferentes formas e sedes, e até objecto de estudos diversos neste mesmo concelho e até ou directamente, ou com a colaboração deste executivo, em diferentes situações. Recordo-me, por exemplo que, já foi trazido a esta Assembleia Municipal, uma análise sintética, um primeiro trabalho, sobre o estudo de tráfego, de circulação, estacionamento e transportes, elaborado em sede da equipa da Sociedade Polis e que não circunscrevia única e exclusivamente o território de intervenção do Programa Polis, mas também outros territórios do concelho, particularmente a Avenida dos Descobrimentos e o troço que esta intervenção propõe. Esta Via, em sede de PDM, é classificada como itinerário principal. Indo directamente à questão do estacionamento, todos nós ouvimos falar que no âmbito do Programa Polis, estão equacionados diferentes parques de estacionamento. Também é público que está a ser elaborado um estudo de viabilidade e sustentabilidade económico-financeira, inclusive que visa determinar o numero de lugares, o tráfego, o uso a que se destina, com vista a que a própria Sociedade Polis Albufeira e relativamente a parques de estacionamento, não está assegurado o financiamento directo do Programa, é necessário recorrer à iniciativa privada de projectos com vista a construir parques. Como é dado a saber, este projecto que está aqui hoje, não faz parte da zona de intervenção Polis, pergunto: na análise que está a ser feita para este estudo, o Conselho de Administração Polis deve saber, esta oferta de estacionamento que se pretende criar também foi equacionada?. Volto a repetir. O problema do estacionamento nesta zona, na zona antiga da cidade, é um problema grave e que precisa de ser abordado. Portanto, a sustentabilidade de um parque de estacionamento aqui, aparentemente não parece ser posta em causa, desde que tudo seja enquadrado numa

política geral de estacionamento para a cidade. De facto, eu não sou muito adepto de projectos saltados, que caiem do céu aos trambolhões, não estou a dizer que é o caso deste, mas, noutra discussão lá vamos, para não tirar conclusões antes do tempo, até admito e dou o benefício da dúvida que houve aqui muitas horas de trabalho, muitas horas de sono e o trabalho de muita gente, mas não é isso que está aqui em causa. Nos papéis que nos foram entregues nós queremos comungar desse esforço todo que houve na preparação disto. Não querendo discutir a questão do parque, ou seja discutir a necessidade de estacionamento, necessariamente o estacionamento não tem de ser abordado única e exclusivamente da forma e o desenho que aqui está, porque obviamente, neste sitio da cidade, há outras maneiras de criar espaço público que permite outras abordagens. Com isto quero dizer que a solução prevista e entro aqui no problema do túnel, não é uma inevitabilidade. Na minha opinião, provavelmente, poderemos resolver o problema de estacionamento e responder à sua problemática sem necessariamente estruturar esse estacionamento numa solução com as características que nos são propostas. E dizia o Sr. Presidente há pouco, com alguma ironia, que não estávamos a falar do Túnel das Amoreiras, também acho que não, aliás podemos até admitir que o Sr. Primeiro Ministro com a sua experiência, agora queria um túnel em cada cidade, mas não será esse o caso, não haverá nenhuma ligação estratégica nesse sentido da parte do Primeiro Ministro. A problemática de um túnel, quem tem algum conhecimento de abordagem de soluções de tráfego e viárias, os túneis são normalmente a última solução que nas metrópoles e nas cidades se encontra para resolver um problema de cruzamento. São soluções pesadas, são soluções complexas, discutíveis até. Ou seja, no cardápio de soluções de conflitos de tráfego não se começa pela altura da algibeira, tudo bem no fim. Na minha opinião, um túnel é uma característica das grandes metrópoles urbanas, de cidades com características relativamente duras, onde o fluxo de tráfego é extremamente intenso. Pergunto: nos instrumentos de planeamento, Plano Director, PROTAL, até no Plano de Valorização Turística, se a marca que nós temos para a cidade de Albufeira, é de uma metrópole com grandes circulações rápidas, ou se por outro lado, nós queremos uma cidade calma, arborizada, onde a circulação se integre na cidade e não seja algo que se tem de esconder?. Primeiro há o planeamento, tem-se o modelo e só depois as obras surgem como consequência natural de modelo do que nós pretendemos. Permita-me, na inexistência de modelo ou pegando no modelo que já temos e que ninguém pôs em causa, é na minha opinião antagónico com este tipo de solução que aqui está referenciado. Concordo com algumas das questões que aqui foram colocadas, são pertinentes, nomeadamente reservas sobre o Caderno de Encargos, mas para mim, antes de discutir o Caderno de Encargos temos de discutir se é preciso estes termos ou não. Estou perfeitamente de acordo que a questão da valorização de 5% dos impactos à superfície na circulação, não é uma valorização que vá em resposta ao interesse dos utentes, provavelmente é uma valorização de engenheiro, preocupado mais com a celeridade de execução da obra, mas que desvaloriza a comodidade do cidadão. Por exemplo, valorizar uma proposta 40% para o prazo de execução, como aqui é dado, e depois diz-se que o prazo é humano, depois aceita-se que se diminua. Não há ninguém com bom senso, que diga que se faça uma obra como aqui é preconizada, com concessão/construção, num ano e só se comece a trabalhar depois de fazer o túnel, mas depois, aqui no meio, já não se percebe bem se é uma coisa ou se é outra. Vamos ser

realistas, as coisas têm de ser ponderadas e analisadas. E penso que, mais uma vez, há alguma vontade de fazer, é louvável, mas que não está estruturada. É uma das críticas que nós já fizemos e tornamos a reiterar. Surgem soluções casuísticas sem uma resposta ponderada. O problema das Amoreiras, nomeadamente o Estudo de Impacto Ambiental, é questão para colocar em cima da mesa. Aliás, a Legislação referente a Impactos Ambientais, recomenda que quando se faz novas vias com duas faixas de rodagem com separador, deve fazer a um Estudo de Impacto Ambiental, e assim o entendeu Lisboa, mas os Tribunais Portugueses confirmam aquele supremo. Ou seja, é completamente omisso neste documento qualquer referência ao Estudo de Impacto Ambiental. E mais ainda, poderão dizer, há sim senhor, irá se fazer depois no âmbito da discussão, também é verdade que obras desta natureza só devem ser autorizadas depois de respondidas as questões de impacto ambiental, que visam aspectos de segurança e circulação, todo um conjunto de questões que não estão aqui minimamente tratadas. Vai ser um túnel com 10% de inclinação, lembrem-se das Amoreiras com 9,5% e que contou com pouco espaço para zonas de desaceleração, o que leva com que os automóveis quando chegam à superfície, perto do fim das vias, tenham pouco espaço para permitir a visão ao longe da aproximação dos veículos. Está aqui todo um conjunto de questões que na nossa opinião não estão tratadas, que merecem ser tratadas e devidamente ponderadas pela Câmara, e esta Assembleia Municipal deve esperar que a Câmara pondere e resolva as soluções de uma forma construtiva, de uma forma séria e de uma forma estruturada. Aliás, em termos de proposta, alguém da bancada do PSD avançou uma solução, nós não estamos naquela atitude de não se faça e que se atrase, não é essa a ideia. Estes problemas são complicados, já deveriam ter resolução. Dou-vos aqui um caso concreto e um exemplo: de acordo com a proposta, a estrutura financeira que nos foi apresentada pressupõe que o município não custei rigorosamente nada, inclusive recebe uma renda, pelo menos é o que está na proposta equacionado, e mais ainda, a entidade adjudicatária do parque faça o parque, o explora e ainda constrói o dito túnel, com o encargo da construção. Meus amigos, os recursos são bens escassos, mesmo quando não temos de pagar, ou seja, quando afectamos Património Público a sede de determinadas opções. Toda a gente sabe, corrijam-me se estou enganado, que por exemplo, hoje, o financiamento do parque público previsto para a zona da BP, bem como o financiamento para a intervenção que é necessária para resolver aquele conflito de tráfego, que esse sim é um conflito de tráfego à entrada de Albufeira, onde dois meses no Verão as filas de tráfego são significativas, esse é um problema, não é preciso muitos estudos, toda a gente já percebeu que ali está um conflito de tráfego, aliás está identificado há muito tempo em todos os estudos. Também toda a gente sabe que o Polis não tem dinheiro para isso, não está financiado e que provavelmente o IEP não vai financiar essa obra como se previa porque, aliás, aquilo já foi desafectado há muito tempo, e era um dos demais projectos previstos quando o Polis foi lançado. Até na recente apresentação das soluções do IEP, uma solução de montagem financeira, passará algumas responsabilidades que eram inicialmente do Instituto passará para as Câmara Municipal, garantindo o financiamento mas a Câmara assumir a participação nacional. Então pergunto: porque não, em alternativa a esta, se lance o concurso para o parque de estacionamento da BP associado a uma solução para resolver o tráfego e o estrangulamento, ali na zona do cruzamento? Ora aí temos um

problema real, temos um parque de estacionamento, temos um problema, não temos dinheiro, então meus amigos, à aí uma solução. Não inventem novas soluções e novos problemas, quando têm de facto problemas e não têm solução para eles. Até me atrevo a sugerir que o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara Municipal, no âmbito da Sociedade Polis e considerando a estrutura que tem e a necessidade de financiamento para os parques equacione desde já uma solução financeira e uma solução de montagem da operação, em que o promotor privado que irá concorrer para fazer o parque da Avenida da Liberdade, também sustente a solução prevista que equacionava-se num cruzamento desnivelado, e portanto aí se resolva um problema concreto desta cidade. E se calhar aí estamos a responder às necessidades e teremos todo o tempo e capacidade de estudar este problema concreto que está aqui. Na minha perspectiva e na da bancada do Partido Socialista, será responder aos problemas e fazer planeamento como deve ser. Nos parece que esta proposta padece de facto, de vícios, deficiências e de falta de explicação. -----

Presidente da Câmara - Obviamente, é muito fácil falar. O falar é neste momento é o que de mais fácil acontece. Podemos falar muito. Podemos dizer que nos parece lógico e há umas coisas associadas que não têm muita lógica. Mas eu entendo, percebo e respeito todas as opiniões. Quando nós pensamos nesta possibilidade, equacionamo-la porquê? Porque no Estudo de Tráfego está previsto para esta zona um parque de estacionamento, portanto ele existe. Este Estudo tem como suporte os parques de estacionamento previstos na cidade Polis e também está previsto este estacionamento, ou seja, não é nenhuma situação que caísse do céu. Na situação desta envolvente, pareceu-nos lógico que se criasse aqui uma praça, que fizéssemos uma zona bastante ampla junto das instituições que aqui existem e nesse contexto, tendo em conta que o eixo viário e essa história do Túnel, não é de agora, aliás há pessoas nesta digníssima Assembleia, que são agora deputados, que na altura, em conversas informais, entendiam que era possível, era uma boa solução. E quando este estudo foi agora feito no sentido de fazermos aqui o estacionamento, pareceu que havia alguma lógica na concretização do túnel para resolver este conflito. Obviamente que também aceito e também percebo que, tudo o que se mexa e não olhando à distancia e verificando o tipo de obra que este projecto apresenta, também percebemos que é um pouco complicado, mas não é uma opção que cai do céu aos trabalhadores, só porque alguém a pensou, mas sim porque é uma necessidade em termos de estacionamento e de uma rápida passagem de peões de um lado para o outro. É uma situação que, obviamente vem no estudo e está associado ao fluxo de tráfego desde a Bomba da BP até à Rotunda do Relógio. Por outro lado, também quero dizer que, o estacionamento e essa solução que me estava a pedir, da Rotunda em frente ao parque de estacionamento da BP e no âmbito da requalificação, já foi aberto concurso do Lidl até à Rotunda dos Golfinhos, está equacionada uma solução nesse processo de maneira a resolver o conflito da entrada de Albufeira. E por outro lado, o anteprojecto do parque de estacionamento, que é o P6, também já está pronto e em condições de, em principio, no fim de Outubro estar concluído para processo de concurso. Não vai haver financiamentos do IEP porque a estrada está desclassificada e quando foi feito o Plano Estratégico e quando foi assumido na altura investimentos complementares, o IEP não teve indicação para que em termos de Plano de Intervenção e verbas, ficasse classificada alguma verba para intervir naquela via. Tem que ser uma solução que passe, obviamente, pela Sociedade Polis, pelos

privados e pela Câmara Municipal. É dado adquirido. É evidente que, é pedido agora e com toda a lógica, que se encontrem soluções de estacionamento para toda a zona urbana, e nós temos locais possíveis, nomeadamente: onde é a Fábrica do Cabrita existe um processo para expropriação para 210 lugares; na Casa Águas, junto à Igreja Santana, existe um projecto que vai dar entrada em breve, de 250 estacionamentos; junto à BP, temos o projecto P6, com lugar para 444 viaturas; temos mais um complementar, de privados, junto ao cemitério em terrenos do Cabrita, de 210 lugares e outro no terreno do Inatel, o P1, que tem uma capacidade no anteprojecto que já está executado, de 550 lugares. Estes são os estacionamentos que nós temos. Com estes estacionamentos, esta malha urbana, ficava com cerca de 2000 lugares, que é o que vem mencionado no Estudo, e que daria resposta concreta às necessidades de estacionamento em Albufeira e é para isso que estamos a trabalhar. Porque quando nos é pedido para fazer estacionamento em determinados sítios, nós não podemos ir demolir determinadas zonas e prédios que estão construídos para fazer estacionamento. Os locais já estão identificados, fazem parte do Plano de Urbanização e daquilo que são os locais disponíveis. Esta é uma realidade. Por outro lado, o que também temos possíveis para estacionamento? Temos, na zona a Norte, Onde é agora o Terminal Rodoviário, onde vamos construir o novo Terminal Rodoviário, vem amanhã a Reunião de Câmara para abrir concurso para a obra, vamos criar uma zona de estacionamento complementar e é aí que nós vamos fazer algum apoio aos outros parques de estacionamento. Na zona do Montechoro, na Oura, existem três terrenos que deram entrada na Câmara para loteamentos e que nós conseguimos "agarrar" para estacionamento. No restante não ficou disponibilidade de estacionamento nas zonas urbanizáveis. O problema aqui é, encontrar soluções equilibradas. E o processo Polis, é um processo que teve dificuldades, como todos sabem, nos últimos dois anos, assumidos pelo Estado, em que a dificuldade da passagem do capital social para a Sociedade inviabilizou alguns Polis a nível nacional. Felizmente o de Albufeira conseguiu atempadamente garantir uma reprogramação quer em tempo, quer financeira, na Assembleia Geral de 30 de Abril, que possibilita que o Polis de Albufeira se enquadre dentro deste quadro Comunitário de Apoio. Não sei se sabem, mas a nível nacional, há muitos que passam para o Quarto Quadro Comunitário de Apoio. Estas são as regras que nós temos. Ou seja, o estacionamento está pensado, de uma forma integrada e portanto, nos sítios possíveis de estacionamento e em princípio eles irão ser executados dentro de timings que, eventualmente, não serão os que nós queríamos, porque penso que todos, independentemente das nossas condições e das cores que representamos, é evidente que se eles estivessem concluídos era bom para toda a gente, mas estas são as regras que nós temos e nem sempre é fácil de conseguir os timings adequados. Em relação a este parque, insere-se claramente dentro daquilo que é o Estudo de Tráfego existente e das necessidades desta zona envolvente. Em relação aos Bombeiros, neste momento estão neste local, mais tarde não sei se passarão para um outro, mas, é possível que no sítio onde estão agora possa ser executado outro parque de estacionamento subterrâneo naquela zona, é verdade. Mas aquele terreno agora é dos Bombeiros e neste momento ainda não há condições, para dizer que irá ser feita uma troca ou construção de um outro Quartel para desafectar aquele. Não existe nada em concreto, talvez daqui a quatro ou cinco anos as coisas sejam vistas de outra forma. Em relação à proposta em concreto, esta solução foi

aquela que nos pareceu que daria respostas concretas, ninguém passa por uma solução destas para criar problemas ou complicações, isso está fora de questão. É obvio que ela pode ser ponderada, pode ser repensada, analisada, eu estou disponível para isso, só não pode ser considerada como uma proposta que cai aqui aos trambolhões, sem qualquer nexo, porque no fundo ela insere-se dentro do Estudo de Tráfego que foi feito no âmbito da Sociedade Polis e no âmbito desse planeamento. Essencialmente era isso que eu queria dizer.-----

Em relação à intervenção do Sr. Arq. Ferro, da sua longa intervenção disse tanta coisa e muito técnico que, obviamente deve haver coisas que têm toda a lógica, nem ponho isso em causa. Aliás é um estudo técnico, concerteza foi analisada muita documentação, obviamente umas concordo, outras nem por isso, mas não vou minimizar essa intervenção porque, obviamente, nem sequer consegui capta-la toda. Falou em planeamento e em urbanismo. É evidente que se agora pudéssemos parar para pensar e preparar as coisas de outra maneira, se calhar conseguíamos fazer isso que está a dizer. Mas eu acho que, o que convém agora é encontrar as melhores soluções e obviamente, respeitando aquilo que está feito, mas encontrar outras soluções. Acho que é o que podemos fazer, estamos todos nessa forma de estar e de pensar. A nossa função é encontrar as soluções porque o problema já nós temos todos os dias. -----

Fernando Cabrita - Vou ser breve e vou tentar não falar muito porque senão corro o risco do Sr. Presidente não me entender e como falar é fácil, vou tentar ser sóbrio e não muito longo. O melhor é fazer aqui um resumo, pois parece que temos que nos orientar. Ninguém diz que os projectos caem do céu, isso talvez tenha sido uma força de expressão do meu colega de bancada, mas eu penso que, de facto, por vezes é preciso parar para pensar. E aliás, este problema foi levantado por um elemento da vossa bancada. A questão que aqui se põe é saber, primeiro: será que está tudo integrado? É certo já haver um estudo de tráfego, mas eu pergunto, não será prometer já os engarrafamentos? Ao solucionar o problema aqui do centro e ao criar a tal grande Praça em oposição à outra lá de baixo, que não se conseguiu que fosse tão grande ou pelo menos está emperrada nesse capítulo. Criar aqui uma Praça enorme, pode ser um projecto bonito, ajardinado e com requisitos ambientais, mas que não pode ser feito de uma forma precipitada. Há uma escola perto, e é um dado adquirido e não vejo que saía dali tão cedo, está a uns 150 metros, ou nem tanto, da saída do túnel. Por outro lado, fala-se que o Quartel dos Bombeiros vai ter que sair e provavelmente também será uma coisa urgente para sair daqui mais cedo do que se pensa, é um dado que é importante, até porque de per si também vai criar uma zona de parque subterrâneo. Por outro lado, fala-se também que o ideal seria, o Palácio da Justiça que hoje está a "rebentar pelas costuras", deveria passar para o lado dos bombeiros, porque, teria maior dignidade e talvez permitisse de futuro a passagem de alguns serviços para lá, se é que a Câmara vai crescer mais, que terá de crescer, nunca se sabe. Mas será uma forma de ligar e estender os serviços para aquele lado, porque concerteza não irá a Câmara passar para o lado de lá, ou fazer um outro edifício que fique mais distante do que este. Esta seria uma boa solução. Claro que há situações provisórias, agora saem dali as conservatórias, provavelmente mais dia, mais ano, não se sabe bem, e o notário. Mas a verdade é que será uma solução de remedeio também para o Ministério da Justiça. Há aqui uma série de coisas

que têm de ser planificadas com seriedade, com calma e que de facto, não é compaginável com soluções precipitadas e de urgência. Há, de facto, aquela zona lá em baixo, que tem que se dar prioridade. Já está pensada uma outra entrada, mas eu acho que todos os esforços desta Câmara deveriam antes de mais, ser no sentido de criar uma zona de entrada decente e com prestígio para Albufeira. Este é o grande problema e a coisa que mais urge. Esta questão aqui, é sim possível e talvez fosse então pensar se efectivamente o túnel será a melhor solução. Penso que o túnel, Sr. Presidente, não dispensa, como há pouco disse, o tal estudo de impacto ambiental. Portanto, nisso até é parecido ao túnel das Amoreiras. Mais, até tem o índice de inclinação maior, em meio por cento, é certo. Mas o importante de tudo isto, penso até que, e nota-se isso, até nos elementos da sua bancada. Portanto, há aqui nesta Assembleia o sentimento comum, generalizado, e que efectivamente não podem estas soluções serem feitas a "mata cavalo". Por isso, eu penso que, a proposta que, aliás, veio ali da boca do Sr. Presidente da Assembleia, ao dizer para retirar, com alguma ansiedade, e perguntar se a nossa proposta era para retirar, e pareceu-me da sua insistência, Sr. Presidente, que, havia aqui alguma ansiedade em saber se efectivamente esta proposta teria de ser amadurecida. Ou quis interpretar antes a solução posta por membros desta Assembleia, o Eng. Quintino? A ideia, parece-me que é propor que a proposta seja retirada e se esclareça o que eles próprios não estão esclarecidos. -----

Carlos Quintino - Eu falei em nome individual. Eu próprio não estou esclarecido, como tal fiz essa proposta. -----

Fernando Cabrita - O que não significa que eu não tenha a originalidade e tenha alguns dos meus pontos coincidentes com os seus.-----

Carlos Quintino - Naturalmente.-----

Vitor Neto - Eu creio que estamos aqui perante uma das questões mais importantes da altura quando falamos na Avenida dos Descobrimentos. Eu pessoalmente, há muitos anos que considero que foi o maior erro que se fez em Albufeira foi a construção desta alteração, isto é, em que as pessoas que se dirigem a Montechoro e à Oura, procuram passar o mais rapidamente possível, não tendo em conta as características desta cidade, de lazer e turística. Automaticamente, atraiu para o novo centro da cidade, milhares de carros e situações de perigo. Eu penso que, apesar de ter vindo esta proposta, deveríamos aproveitar para aprofundar, seriamente, toda esta problemática. Porque nós temos um problema de tráfego, um problema de estacionamento e um problema de pessoas. Muitas vezes vimos as coisas apenas em função do tráfego, e estacionamento é uma espécie de engodo para atrair mais tráfego ainda. A localização desta Câmara Municipal, no coração da cidade, a 200 metros do mar, foi um erro terrível, pois atraiu aqui à volta a construção de uma série de edifícios para Instituições Públicas, o que traz para cá milhares de pessoas. Eu penso que, esta questão da Avenida dos Descobrimentos, que vai pelo menos da BP, esta má entrada de Albufeira, até à Rotunda das Minhocas, tem de ser vista na perspectiva de afastar daqui o tráfego que vai para a Rotunda das Minhocas, e encontrar soluções para dar aos peões a possibilidade de usufruir de um espaço à superfície. Em conversa, e falei com várias pessoas, defendem a existência de um Túnel quase à superfície, sem a inclinação de 10% que este tem e que não resolve as questões de fundo e tem os inconvenientes que já foram aqui apresentados por vários membros. Nós deveríamos abordar esta questão em termos de

futuro, de negócio económico da cidade de Albufeira. O futuro não está em atrair cada vez mais automóveis, com uma pessoa dentro, para dentro do coração da cidade. O futuro está em dar a possibilidade a alguns que tem problemas em estacionar, mas ao mesmo tempo, dar vida à superfície, até animar a vida desta cidade. Estou de acordo com as intervenções que foram feitas no sentido de se voltar a ponderar e todos nós, como cidadãos, dar um contributo para a solução global. Esta proposta que aqui está, Sr. Presidente, parece-me uma solução apresada. Tem muito trabalho por trás, é honesta, não ponho isso em causa, mas quando o Sr. Presidente coloca a questão dos Bombeiros poderem sair. Há poucos anos foi construído o edifício e já se coloca a hipótese. Qualquer dia é o Tribunal e depois a Câmara Municipal.-----

Francisco Calhau - Estou muito indeciso em relação a esta matéria. Vou fazer a minha intervenção o menos política possível, porque considero que estamos a lidar com um problema que nos preocupa significativamente a título individual, enquanto munícipes. É que qualquer das soluções equacionáveis para esta zona é complicada, e como tal deverá ser objecto de estudos. Compreende-se que aqui tenha havido vontade por parte do município em encarar de frente o problema e assumir uma responsabilidade, grande, de apresentar uma opção que é aplicável. Mas não posso deixar de dizer que, para mim, quando se fala em parques de estacionamento, considerados no âmbito do Programa Polis, é bom ter presente que a maior parte se situa prevista na periferia da cidade e que são todos de iniciativa privada, ou seja, não são de intervenção Polis directa. Ora não me parece que seja a melhor forma de abordar o problema por em causa toda e qualquer opção na base dos parques previstos e já referidos. Estamos a falar de um parque a construir onde se situa o coração administrativo da cidade, e cujo movimento garante certamente a viabilidade de exploração do mesmo independentemente da sazonalidade. A questão do parque ser subterrâneo, quer se goste ou não, tem uma vantagem sobre a opção à superfície, em termos de impacto visual. Um parque de estacionamento subterrâneo, numa zona em que se pretende ampliar a zona verde em Albufeira, que tanto se fala que é necessário, com a salvaguarda das questões técnicas que devem ser levantadas à sua construção, é em meu entender uma boa solução. Torna a questão mais complicada, é associar à sua construção a ideia de desnivelar o cruzamento actualmente existente, através da construção de um túnel. Eu, sinceramente, gostaria de ver as hipóteses alternativas para saber qual delas seria a melhor. Já ouvi dizer que os túneis são obras do agrado dos profissionais de engenharia, e eu considero que os túneis são bons para a resolução de determinados problemas. Neste momento não sei se é a melhor solução a aplicar em Albufeira, não o ponho em causa mas, gostaria de ver outras soluções estudadas. A fundamentação que suporta a apresentação do Túnel, o Sr. Presidente de Câmara já esclareceu, e se eu bem entendi, é adequada ao problema. O Polis quando nos foi apresentado, fundamentou-se num estudo de tráfego feito para toda a zona envolvente da cidade e foi esse estudo que serviu de base a um conjunto de pressupostos designadamente a criação de zonas pedonais. Há um conjunto de propostas que foram estudadas no Polis, e quando estamos a falar de retirar trânsito de determinadas zonas perto da Câmara Municipal, é evidente que esse trânsito passa para aqui, portanto não acredito que no âmbito do estudo de tráfego que foi feito pelo Polis, não tenha sido estudado e não possa servir hoje de base a estudos de outras alternativas que devem ser

consideradas. Continuo a achar que em Albufeira, a questão do estacionamento é bastante importante, o Sr. Presidente de Câmara já o referiu, esta zona aqui estava prevista, não com um túnel e um parque subterrâneo. Para terminar, eu, vivo em Paderne e saio todos os dias para Faro, não consigo aperceber-me de certas coisas que se discutem sobre Albufeira. E hoje ouvi informações interessantes, nomeadamente a saída dos Bombeiros e a hipótese de um parque de estacionamento no local, ou, o Tribunal passar para lá e a Câmara Municipal ocupar o edifício do Tribunal. São todos planos que podem ser válidas ou não. Não me parece é que possam ser dissociadas da solução prevista. Estarmos a decidir por uma solução sem primeiro pensar em tudo o que se pretende edificar à volta, parece-me que pode ser um erro. Subscribo a proposta que foi apresentada pelo Eng. Carlos Quintino, no sentido de ser retirado o processo para ser melhor analisado. -----

Fernando Anastácio - De facto, falar é fácil. Também é fácil quando queremos ser objectivos a responder às afirmações que se fazem, mas por vezes, dentro do uso fácil do voto, também é fácil passar ao lado das respostas. Eu tive o cuidado, e aliás o Eng. Quintino também, de referir que não estava em causa a questão do estacionamento, é necessário resolver o problema do estacionamento nesta zona. O Sr. Presidente de Câmara, citou o Estudo de Tráfego e Estacionamento feito, onde de facto prevê soluções de estacionamento para esta zona também, mas ninguém nesta Assembleia, disse a si que estávamos contra o estacionamento, o que disseram foi que discordavam, ou pelo menos achavam que não estava suficientemente fundamentada a opção do túnel da Av. Dos Descobrimentos que vem associada a este Caderno de Encargos para concurso. Quem associou o problema do Túnel a esta discussão não foi a Assembleia, foi a Câmara que a colocou em cima da mesa, porque se a proposta que aqui chegasse fosse uma proposta para melhorar a capacidade de estacionamento nesta zona envolvente à Câmara, com reordenamento da zona de superfície e que não incluísse este factor perturbador do túnel, provavelmente a resposta era de aplauso e aclamação. Não vamos agora responder às críticas ou às dúvidas sobre uma solução viária, dizendo que falta estacionamento. O referido Estudo de tráfego não aponta para nenhum túnel. Comecei por dizer que é prioridade numero um, criar condições de estacionamento, para garantir o acesso ao centro da cidade, para garantir a sobrevivência dos comerciantes, permitir a reabilitação do centro. Todos estamos de acordo e o diagnóstico está feito, não compliquemos aquilo em que aparentemente, há consenso. Se bem me recorde, esse Estudo equacionava a possibilidade de estacionamento neste terreno em frente à Câmara Municipal, que é privado, mas é preciso querermos, de facto, as soluções que são adequadas. O problema que está em cima da mesa é a montagem financeira e recursos. A Câmara Municipal não tem dinheiro para fazer um parque público, há um recurso à iniciativa privada no sentido de um processo de concepção/construção e exploração desse parque, mas quando se compromete o espaço público numa certa e determinada solução, estamos concerteza a utilizar os nossos recursos porque ninguém venha dizer aqui que o custo do túnel não estará repercutido no tarifário que vamos pagar nesse parque. Se esse encargo do túnel for custeado pela empresa, concerteza que no tarifário do estacionamento que os utentes vão ter que suportar estará lá esses custos. A pergunta é: está em condições de dizer à Assembleia Municipal, que tem o problema do financiamento resolvido para o nó da BP?-----

Presidente da Câmara - Está a ser negociado essa situação.-----

Fernando Anastácio - Neste momento os recursos da Câmara Municipal são escassos. Concerteza que, não havendo financiamento do IEP porque de facto não está consignado e não estando previsto na intervenção Polis o financiamento directo, a obra tem de ser financiada pela Câmara Municipal. Por isso, a nossa solução foi: façam a obra aqui e diga para pagarem o cruzamento desnivelado no outro lado, pode fazer isso!? Porquê a necessidade de um túnel aqui? Eu há um tempo atrás falava com um Urbanista reconhecido por todos os partidos e quando mencionei que tínhamos uma auto-estrada no meio da cidade, ele dizia-me, com alguma clarividência: "*pelo menos tens uma coisa boa, tens um espaço livre, portanto agora tens a capacidade de poderes transformá-lo e tornar aquilo em algo de fluível, habitável e encontrar soluções, porque se não tivesses esse espaço, se calhar hoje não tinhas a possibilidade de intervir. Tens de criar soluções que tire o tráfego de centro da cidade e construir um espaço de lazer, devolver aquele espaço à cidade, aguentado com circulação lá dentro.*" Mas não me parece que seja compatível com grandes obras de engenharia, do ponto de vista de túneis e cruzamentos desnivelados, porque isso de facto, é uma marca de um tipo de cidade que eu, sinceramente, não subscrevo, e não acredito que nesta Assembleia, alguém o subscreva. Eu sempre entendi que as obras são a execução do planeamento e do pensamento estratégico que está construído e quando invertemos esta pirâmide, esta escala de hierarquia dá asneira. -----

Presidente da Assembleia - Segundo a minha interpretação, temos em cima da mesa uma proposta do Sr. Eng. Quintino, de que seja retirada esta proposta da Câmara Municipal, e que volte melhor fundamentada. É assim? Há pouco fiz a mesma pergunta ao Sr. Arq. Ferro. As conclusões que tiro das intervenções feitas pelos membros, pergunto se estão correctas.

Carlos Quintino - Efectivamente.-----

Pedro Ferro - Eu prefiro então aditar a proposta e subscrever esta proposta que está a ser apresentada e está nos considerandos da intervenção que fiz.-----

Presidente da Assembleia - Talvez para facilitar, o melhor é a sua intervenção ser a sua declaração de voto ou então a fundamentação do seu voto. É como o Senhor quiser.-----

Fernando Anastácio - O objectivo, pelo que percebi, da parte da intervenção do Arq. Pedro Ferro, é que obviamente, ninguém está a querer adiar por adiar. Se se pede para retirar, suspender e se estudar, deveria fazer todo o sentido, naquilo que é a proposta, por considerandos prévios ou declarações de voto, estejam as razões que foram objecto de algumas intervenções e que vão no sentido proposto.-----

Presidente da Assembleia - Tanto quanto ouvi, a intervenção do Sr. Arq. Ferro, que foi longa e terá uma série de opiniões que são secundadas por várias pessoas, haverá uma outra que talvez não o seja, e da intervenção do Sr. Eng. Quintino, também acontece o mesmo, penso que é mais fácil para a Assembleia, cada um manifestar a sua opinião. Haveria uma proposta unanime de alguns membros desta Assembleia, de retirar, e cada um expressou os seus considerandos. -----

Pedro Ferro - Peço que, na revisão da proposta, se tenha em conta os considerandos da minha intervenção.-----

Presidente da Assembleia - Concerteza. Assim reduz-se a proposta ao essencial, que fica subscrita pelo Eng. Quintino e Arq. Ferro. Coloco a votação a admissão da proposta.-----

Albufeira, 20 de Setembro de 2004

### Proposta à Assembleia Municipal de Albufeira

Tendo em conta que:

Compete à Assembleia Municipal autorizar a Câmara Municipal a concessionar, ou onerar ben por concurso público, fixando as respectivas condições gerais, o que sucede quando se trata d bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral d sistema remuneratório da função pública (art. 53 n.º 2i – da Lei das Autarquias Locais).


E que após minuciosa análise dos documentos que me foram fornecidos, constatei que:

- O programa de concurso não contempla, nem dá devido relevo ao utente, no que concern aos custos inerentes à utilização do parque de estacionamento. Correndo-se o risc perante a ausência de critério, que algo que é suposto destinar-se ao uso público, poss ter um efeito perverso;
- A solução da construção de um túnel na única via de fluência de tráfego de Albufeira, nã aparece tecnicamente justificada, vejamos que há soluções mais simples e meno dispendiosas, como são exemplo em outros locais do Concelho, as rotundas;
- Tendo em conta que se fala que o prédio onde estão instalados os bombeiros, estará a serviço destes por tempo precário, teria toda a utilidade que se planeasse devidamente toda esta zona, através de instrumentos de planeamento ao dispor do Município, de form a que a área em questão possa fazer parte de um todo harmonioso;
- Se fala em criar um parque subterrâneo de 500 lugares; a que eu pergunto porque nã 800 ou 350, não nos foi fornecido qualquer estudo que nos permita aquilatar da justeza d que está proposto, no final não sabemos as verdadeiras necessidades de estacionamento para a zona em questão;
- Tenho reservas quanto aos índices de ponderação a ter em conta na avaliação da propostas a concurso, nomeadamente quanto ao artigo 28 ponto 1.8, condicionantes : circulação à superfície durante a execução dos trabalhos, porque apenas cinco ponto percentuais são considerados. E aqui por se tratar de um ponto muito importante, visto qu diz respeito à circulação dos munícipes naquela área, e tendo em conta que os mesmo não têm alternativa, este ponto deve ser alvo de um aumento de importância, como indic de ponderação que é, aquando da avaliação das propostas;

Por tudo isto, e não estando a pôr em causa de forma alguma, a necessidade que há de se cria estacionamento em Albufeira, repito, não estando a pôr em causa de forma alguma, a necessidade que há de se criar estacionamento em Albufeira, entendo que esta proposta d Câmara Municipal pode ser aperfeiçoada, de forma a fazer parte de uma intervenção global n zona.

Assim sendo, proponho que a mesma seja retirada para voltar à Assembleia Municipal melho fundamentada.

O(s) proponente(s):



### **VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (25) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Marcos Bila; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma; Fernando Gregório e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade** -----

Pedro Ferro - A minha intervenção será apresentada como declaração de voto.-----

## PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da autorização para prorrogação do período de utilização e diferimento do empréstimo n.º 9015/000010/687/0027 até ao montante de € 6.484.372,66 da Caixa Geral de Depósitos, por mais 12 meses;-----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e pede ao Sr. Vereador Carlos Rolo para dar um pequeno esclarecimento à Assembleia Municipal.-----

Vereador Carlos Rolo - Houve obras que não terminaram no prazo em que o empréstimo estava estipulado. Nesse sentido tem de vir à Assembleia Municipal para que aprove a prorrogação. Já foi assumido pela Câmara Municipal.-----

Fernando Anastácio - Obviamente este empréstimo destinar-se-á a obras, como já referiu. Pergunto, se o Sr. Vereador está em condições de nos referenciar quais as obras, mais significativas, que seriam objecto deste empréstimo e as razões que estão na origem dessa derrapagem de prazo, que obriga à prorrogação deste empréstimo. -----

Vereador Carlos Rolo - A Assembleia sabe, perfeitamente, que as piscinas municipais foi um processo que esteve bastante tempo parado, por várias situações.-----

Fernando Anastácio - Trata-se essencialmente das piscinas municipais?-----

Vereador Carlos Rolo - Concerteza.-----

Fernando Anastácio - Estava à espera precisamente da resposta relativamente à questão das piscinas municipais. De facto, houve um atraso e as razões, de alguma maneira, já se falou nesta Assembleia. Não podendo deixar de referir aqui que, o circunstancialismo que esteve na decisão camarária, de durante um certo e determinado momento não avançar com a obra, não sofreu qualquer alteração até ao momento em que a Câmara Municipal decidiu avançar com a obra, e os factos que foram fundamento para no primeiro momento suspender, não foram alterados até à decisão de suspensão. A decisão do Tribunal foi à posteriori, e veio confirmar no fundo aquilo que é uma expectativa existente. Pelo menos durante um certo e determinado período de tempo, se calhar, com uma análise mais sucinta, mais precisa, poderíamos ter levado a que conseguíssemos ter a conclusão da obra uns meses antes, e provavelmente termos as piscinas uns meses mais cedo, satisfazendo aquilo que é uma justa reivindicação do concelho de Albufeira de há muitos anos.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação:----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (0).-----

Votos a favor: (21) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; José Aboim; Berto Palma e Fernando Neves.-----

**Aprovada por unanimidade dos presentes** -----

Não se encontravam presentes na sala os membros, Vitor Neto, Francisco Guerreiro, Fernando Gregório e Marcos Bila.-----

O membro Fernando Anastácio propõe que os dois pontos seguintes sejam analisados em conjunto, ao qual não houve objecção. -----

### **PONTO TERCEIRO e PONTO QUARTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2004/2007 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;-----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da 2ª Revisão do Orçamento 2004 tal como determina a alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

O membro Fernando Anastácio, pede um esclarecimento sobre as razões que levaram à proposta de revisão.-----

Vereador Carlos Rolo - Desde já menciono que nesta 2ª Revisão deveriam ter vindo mais duas obras que, por lapso ficaram de fora. Devido a este lapso haverá uma 3ª Revisão, sem grandes aspectos de alteração. Esta 2ª Revisão deve-se essencialmente à inscrição de novos projectos e a anulação de outros. Há uma outra parte, é a inscrição relativamente ao ano 2005, o Tribunal de Contas não aceita realizar um contrato que não tenha previsão para 2005, embora não esteja aprovado o Orçamento. A revisão que está aqui é só para 2004, as Grandes Opções do Plano são para 2005/2007, daí que apanhe 2005. Em termos de projectos novos, está a construção de uma nova escola em Ferreiras e a adaptação da actual escola em Jardim de Infância. Prevê-se iniciar o projecto já este ano, daí que deva estar já inserido nas Grandes Opções do Plano. Prevê-se também a aquisição do imóvel destinado ao apoio à família, no anterior estava, salvo o erro, uma adaptação de um edifício para o Apoio à Família e agora passa a ser aquisição destinada ao Apoio à Família. Uma nova rubrica, remodelação do Auditório Municipal e uma outra, requalificação da actual Biblioteca Municipal destinada a Arquivo Histórico. Existe uma inscrição de verbas para 2005, relativamente à renovação da Rede de Abastecimento de Águas do Sistema Sul/Poente e também à construção da Creche de Vale Pedras. Para além disto, há a construção de Acessos Adjacentes à Estação das Ferreiras e haverá mais duas situações, uma delas é o Ribeiro da Guia, o fecho, e outra a Drenagem das Águas Pluviais da zona nascente, que há-de vir na próxima revisão e que terão de ser inscritas verbas para 2005.-----

Fernando Anastácio - Relativamente às propostas que estão aqui em concreto, obviamente que nada há a obstar que se equacione particularmente. Há uns investimentos na área da Educação. A nova Escola EB das Ferreiras é, de facto, uma necessidade. Como diz, não é previsto nada para 2006/2007, é essencialmente para 2005, o que pressuporá a capacidade de execução de pagamento desta obra para 2005. Não sei se é com algum optimismo ou se tem alguma outra condicionante que não seja voluntarismo e vontade de ver uma Escola da parte do professor, mas provavelmente, de facto, quando se está a lançar um projecto nesta fase, que ainda precisa de abrir uma dotação para que se possa trabalhar nele, de facto, esperemos que não esteja aqui uma preocupação meramente eleitoral. Aliás como é uma coincidência do ano escolar com os calendários autárquicos, esperemos que não sejam essas as motivações e que sejam outras. Como já dissemos, revisões são alterações do produto inicial. Por vezes as revisões revêem e alteram substancialmente algumas filosofias, são

mais uns quantos passos no mesmo sentido, que nem sempre é o melhor, salvo algumas correcções pontuais. A posição do Partido Socialista sobre esta matéria, dizia que o Partido Social Democrata deve zelar pela gestão do município, tem a responsabilidade e a obrigação de implementar as suas opções, nós discordamos delas nalgumas matérias, nomeadamente esta matéria, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, uma responsabilidade integral do PSD neste executivo. E que haja depois o momento certo para o avaliarmos, num todo e não aos bocadinhos. -----

Adriano Ferrão - Acho curioso, só a alusão que é feita aqui, às datas eleitorais, o que me parece já ser uma preocupação do PS, perante o espaço que lhes é roubado perante iniciativa da Câmara Municipal. De facto, deixa-se aqui o espaço de enaltecer a própria Câmara, que tem tido o cuidado de investir na Cultura, no Ensino e que vai em conta ao que são as necessidades básicas da população e do seu concelho. É claro que iniciativas destas vão roubar espaço ao Programa que o PS querera dirigir nessa data eleitoral. Concerteza são iniciativas eleitoralistas, porque também ainda não temos esse traquejo daqueles anos passados, em que o PS apresentava as obras em cima do joelho, em cima de eleições. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca as propostas a votação, em simultâneo:-----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0).-----

Abstenções: (10) Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Francelina Lourenço; Manuel Meirinho; José Aboim; Berto Palma e Fernando Neves.---

Votos a favor: (13) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Maria Eugénia Baptista; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Paulo Freitas e Fernando Gregório.-----

**Aprovada por maioria dos presentes** -----

**Não se encontravam presentes na sala os membros, Francisco Guerreiro e Marcos Bila.**-----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:55 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 21 de Setembro de 2004 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_